Viviane Cristina Pinto

DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL

Universidade de São Paulo (USP)
Escola de Comunicações e Artes (ECA)
CELACC – Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação

2010

Viviane Cristina Pinto

DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO A LULA: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Processos Culturais e Organização de Eventos, realizado sob orientação do Prof. Dr. Juarez Xavier

Universidade de São Paulo (USP)
Escola de Comunicações e Artes (ECA)
CELACC – Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação

2010

Sumário

Resumo 3

Introdução 5

Cultura 5

Multiculturalismo 7

Política de Estado e Política de Governo 10

Políticas Públicas de Cultura 11

O Ministério da Cultura 11

As políticas públicas de cultura no governo FHC 12

As políticas públicas de cultura no governo Lula 14

Áreas analisadas nos dois governos 188

Considerações finais 21

ANEXO 1 23

ANEXO 2 25

Gráfico 1 27

Tabela 1 27

Bibliografia 30

Resumo

Primeiramente serão trabalhadas as definições de cultura, multiculturalismo, Política de Estado e Política de Governo, Políticas Públicas, para então trazer e tratar de alguns dados e informações sobre as políticas culturais dos governos FHC e Lula, e assim analisar como cada governo, a partir de sua prática ideológica, têm uma interpretação de política de Estado e uma forma de governar diferente.

Com base nos dados analisados, podemos afirmar que o governo Lula optou por um caminho de governo que colocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social do país, diferente do governo FHC que ao aderir ao programa neo-liberal defendeu em sua gestão que o mercado deveria ser o responsável pelo crescimento econômico e o Estado teria um papel de mediação entre os interesses da sociedade e do mercado.

Palavras-chave: Cultura, Políticas Públicas, multiculturalismo, Política de Estado, Política de Governo, participação social.

Abstract

First will be worked on definitions of culture, multiculturalism, Politics and State Government Policy, Public Policy, and then aim to deal with some data and information on the cultural policies of the FHC and Lula, and analyze how well each government, as their ideological practice, have an interpretation of state policy and a way to govern differently.

Based on the evidence reviewed, we can say that Lula opted for a path of government that placed the state as a promoter of economic and social development of the country, unlike that of Cardoso's government to join the neo-liberal program advocated in their management that the market should be responsible for economic growth and the state would have a mediating role between the interests of society and the market.

Keywords: Culture, Public Policy, multiculturalism, state policy, government policy, social participation.

Resumen

En primer lugar se trabajó sobre las definiciones de la cultura, el multiculturalismo, Política y Gobierno del Estado de Política, Políticas Públicas y, a continuación tienen por objeto hacer frente a algunos datos e información sobre las políticas culturales de la FHC y Lula, y analizar qué tan bien cada gobierno, como su práctica ideológica, tienen una interpretación de la política estatal y una forma de gobernar de manera diferente.

Sobre la base de la evidencia revisada, se puede decir que Lula optó por un camino de gobierno que coloca al Estado como un promotor del desarrollo económico y social del país, a diferencia del gobierno de Cardoso para unirse al programa neoliberal defendido en su gestión que el mercado debe ser responsable para el crecimiento económico y el estado tendría un papel mediador entre los intereses de la sociedad y el mercado.

Palabras clave: Cultura, Política Pública, el multiculturalismo, la política estatal, la política gubernamental, la participación social.

"Cultura não é frescura
A brasileira é uma mistura pura uma loucura
A textura brasileira é impura mas tem jogo de cintura
Se apura mistura não mata
Cultura sabe que existe miséria existe fartura e partitura
Cultura quase sempre tudo atura
Sabe que a vida tem doce e é dura feito rapadura
Porcaria na cultura tanto bate até que fura"

Itamar Assumpção

Introdução

A bibliografia existente sobre políticas culturais no país é dispersa por muitas áreas disciplinares, pois é recente a organização do setor.

Para uma avaliação das políticas culturais do período histórico brasileiro que será analisado, os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, antes de tudo deve-se rever importantes autores que trazem conceitos teóricos básicos para a análise do que se pretende tratar neste artigo.

Primeiramente serão trabalhadas as definições de cultura, multiculturalismo, Política de Estado e Política de Governo, Políticas Públicas, para então trazer e tratar de alguns dados e informações sobre as políticas culturais dos governos FHC e Lula, e assim analisar como cada governo, a partir de sua prática ideológica, têm uma interpretação de política de Estado e uma forma de governar diferente.

Cultura

Há vinte e quatro séculos Aristóteles definiu cultura como aquilo que não é natural, que não vem da natureza, isto é, que não decorre de leis físicas ou biológicas.

Pode-se afirmar que cultura é o conjunto de conhecimentos que uma geração passa para outras, evitando que a humanidade tenha que começar do zero a cada geração.

Segundo o dicionário Aurélio, Cultura "é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização." Mas também pode ser

compreendida como a produção de signos e símbolos da humanidade. É através dela que o ser humano expressa sua criatividade, seu potencial e transforma a realidade.

A cultura, tal qual os cientistas sociais a concebem, refere-se ao modo de vida de um povo, em toda sua extensão e complexidade. Um conceito que procura designar uma estrutura social no campo das idéias, das crenças, dos costumes, artes, linguagem, moral, direito, leis, e que se traduz nas formas de agir, sentir e pensar de uma coletividade que aprende, inova e renova o seu próprio modo de criar e fazer as coisas.

A cultura pode, portanto, a partir deste ponto de vista, ser entendida como manifestações espontâneas de um determinado grupo social que, uma vez incorporadas a seu modo de viver, o caracteriza e o distingue dos demais.

A definição corrente para o termo cultura, entretanto, refere-se às atividades nos campos da arte, da literatura, da música, do teatro, da dança ou qualquer outra que expresse uma forma de organização social, não só como manifestação original e de característica exclusiva de um determinado povo, mas também de outros, num intercambio permanente de experiências e realizações, isto é, o conceito primitivo da cultura, regional e caracterizante passa a ter um sentido universal e pleno, pressuposto que leva a considerar um povo culturalmente avançado aquele que tem acesso ao conhecimento e à informação.

Para o Ministério da Cultura a concepção que hoje compreende a cultura tem três dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

A dimensão simbólica fundamenta-se na idéia de que é inerente aos seres humanos a capacidade de simbolizar, que se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que, entrelaçados, formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural.

Nesta concepção antropológica há ainda uma divisão de dois conceitos de cultura, a hegemônica, aquela considerada dominante, construída sobre as bases da cultura ocidental, branca, heterossexual e masculina, e a cultura subalterna, as quais fazem parte as culturas locais, regionais, múltiplas. Até o século XIX as bases da cultura hegemônica eram européias, mas com o domínio econômico dos EUA, passaram a ser

sustentadas pela cultura norte americana. Existe um processo mundial no qual a cultura hegemônica avança nos territórios homogeneizando e extinguindo as culturas locais.

Adotar a dimensão simbólica possibilita instituir uma política cultural que enfatiza, além das artes consagradas, toda a gama de expressões que caracterizam a diversidade cultural brasileira.

A dimensão cidadã fundamenta-se no princípio de que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem constituir-se como plataforma de sustentação das políticas culturais.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura é considerada elemento estratégico da chamada nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. A economia da cultura não pode mais ser desconsiderada pelas políticas governamentais, não só pelo que representa no fomento ao próprio setor, mas também por sua inserção como elemento basilar do desenvolvimento econômico geral.

Multiculturalismo

Para o antropólogo Darcy Ribeiro, surgimos da confluência do entrechoque do invasor português com o índio e com os negros africanos, somos então uma cultura sincrética.

Ele afirma que os colonizadores encontraram um país que já tinha referências indígenas, que herdamos deles a forma de sobreviver e se deslocar nesse imenso território, herdamos centenas de frutos, árvores, ervas, seu trato e seu uso, além do hábito ao banho diário, mas a herança mais nobre e profunda que os índios nos legaram é o testemunho que um povo pode viver magnificamente integrado à natureza, em coexistência pacífica e amistosa.

Sinteticamente, dos portugueses herdamos a língua e a constituição de uma nação, além de seu conhecimento de séculos de existência e da matriz africana herdamos a criatividade, ela foi fundamental na formação de todo o universo simbólico que nos constitui como nação, marcando e influenciando a cultura do país em campos diversos.

O Brasil é um país multicultural, um povo novo que apesar de fruto da fusão de matrizes diferenciadas se comporta como uma só gente sem se apegar a nenhum passado, abertos para o futuro.

A migração e o deslocamento dos povos (pelo colonialismo, escravidão, ou imigração) geraram um Brasil multicultural, produzindo uma sociedade étnica e culturalmente mista.

Segundo Stuart Hall, multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade, na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". O termo multiculturalismo pode referir-se também às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais.

> "O multiculturalismo não é uma única doutrina, não caracteriza uma estratégia política e não representa um estado de coisas já alcançado. Descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabados. Assim como há distintas sociedades multiculturais, há também multiculturalismos bastante diversos. O multiculturalismo conservador segue Hume (Goldberg 1994) ao insistir na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal busca integrar os diferentes grupos culturais o mais rápido possível ao *mainstream*, ou sociedade majoritária, baseado em uma cidadania individual universal, tolerando certas práticas culturais particularistas apenas no domínio privado. O multiculturalismo pluralista, por sua vez, avaliza diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades dentro de uma ordem política comunitária ou mais comunal. O multiculturalismo comercial pressupõe que, se a diversidade dos indivíduos de distintas comunidades for publicamente reconhecida, então os problemas de diferença cultural serão resolvidos (e dissolvidos) no consumo privado, sem qualquer necessidades de redistribuição do poder e dos recursos. O multiculturalismo corporativo (público ou privado) busca administrar as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro. O multiculturalismo crítico ou revolucionário enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência (MacLaren 1997)" (Hall, 2003)

Tomamos como exemplo a análise de Stuart Hall, que pegou o caso da Grã Bretanha para estudo, o centro do maior império dos tempos modernos, que governou uma variedade de culturas, e que conseqüentemente esta experiência moldou profundamente a identidade nacional britânica. No pós-colonial, relações históricas de subordinação e dominação foram reconfiguradas. No entanto, os povos que por séculos foram "subordinados" encontravam-se em condições de moradia precárias e subemprego,

passando por todos os processos de exclusão social e as desvantagens que o racismo lhes impunha.

Uma vez que a diferença cultural adquiriu um significado mais politizado e contestatório, surge a demanda por igualdade social e justiça racial e a demanda pelo reconhecimento da diferença cultural.

Sob a pressão da diferença multicultural a Grã Bretanha se viu obrigada a adotar um programa reformista da "social-democracia", onde reconhecem as diferentes necessidades sociais e propõem estratégias de ação afirmativas, legislação que garanta igualdade de oportunidades, fundos públicos de compensação, entre outros.

Qualquer relação é mera coincidência com o que vivemos no Brasil, as desigualdades sociais, realimentadas por discriminações étnicas, raciais e de gênero fazem parte da nossa história.

O Brasil tem sua origem na colonização portuguesa, foi um dos últimos países a abolir a escravidão e passou por processos de mudanças conjunturais e transições sem grandes rupturas, ou seja, suas mudanças se deram de maneira pacífica, porque negociadas com a manutenção de privilégios, pactuadas com elites regionais e nacionais. Esse processo manteve uma estrutura social extremamente desigual com assimetrias regionais e desigualdades sociais.

Além disso, a cultura indígena foi completamente desconsiderada, quando não sistematicamente aniquilada. A cultura afro-brasileira, durante anos perseguida, só começou a merecer algum respeito do estado nacional, pós Ditadura Militar, com a criação da Fundação Palmares em 1988, resultado das pressões do movimento negro organizado e do clima criado pela redemocratização do país. (RUBIM, 2007)

As desigualdades sociais trazem resquícios até os dias de hoje restringindo uma grande parte da sociedade excluída ao acesso a bens e políticas culturais.

A Constituição de 1988 representa um avanço no que se refere ao reconhecimento dos direitos culturais e o princípio da cidadania cultural, as políticas culturais passam a ter que se preocupar com a valorização da diversidade, mas principalmente com a democratização da cultura. Para tanto, deveriam passar a apoiar, incentivar e valorizar as diferentes manifestações culturais.

Contudo, esses direitos culturais são ainda pouco conhecidos e freqüentemente desrespeitados e subestimados, quando comparados aos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, que gozam de maior reconhecimento. Por outro lado, o mundo

contemporâneo, pós-guerra fria, está vendo emergir fatores de ordem política, social e econômica que estão conduzindo as questões culturais ao centro das atenções.

Entretanto, parte da fragilidade da pauta da Cultura na agenda do Estado brasileiro, se deu pela baixa capacidade de organização e mobilização dos movimentos culturais, profissionais da cultura, artistas, entre outros, na luta pelos seus direitos.

Política de Estado e Política de Governo

A constituição de 1988 é o marco regulatório do comportamento do Estado para a Cultura, ou seja, como o Estado deve se comportar em relação à Cultura, nela está definido que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, também diz que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (vide Anexo 1).

A exemplo de direitos consagrados, como os civis, políticos, sociais e econômicos, os direitos culturais foram alçados à condição de direito fundamental e ao reconhecimento da cultura em sua natureza material e imaterial. Portanto, uma Política de Estado deve seguir estas premissas.

A política de Estado é permanente, forte o suficiente para não ser transformada com a mudança de governos e consolida-se como uma prática institucional.

Já a plataforma política de cada Governo, ou seja, como o Governo interpreta esta política de Estado e direciona suas ações é o que chamamos de Política de Governo. Neste caso, cada Governo segue suas orientações ideológicas para formular e colocar em práticas suas políticas públicas.

O que vamos explorar neste artigo é que há uma Política de Estado comungada por todos, entretanto, as Políticas dos Governos analisados são distintas, variando de acordo com sua ordem ideológica, uma mais de caráter conservador outra mais de caráter democrático.

Políticas Públicas de Cultura

As políticas públicas visam modificar ou manter a realidade nas diferentes áreas da vida social, são conjuntos de ações (e de omissões) conduzidas de forma planejada e coordenada pelo Estado, muitas vezes submetidas a acompanhamentos e avaliações.

As políticas públicas de cultura são as ações direcionadas para esta área, é formada por duas modalidades: a política de eventos e as políticas culturais.

A política de eventos são os inúmeros festivais, concursos, prêmios e bolsas, ou seja, os estímulos para ações e iniciativas, que em grande parte dos casos, são desarticuladas, fragmentárias e sem muita continuidade, mas que muitas vezes preenchem espaços importantes e tem efeitos multiplicadores significativos, como o de consagração e valorização das obras produzidas.

Ela foi fortemente acentuada pelo financiamento via leis de incentivos (e também orçamentárias) e tem limites claros quanto à descontinuidade e às dificuldades na orientação da demanda.

Já as políticas culturais são compostas por políticas sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade. No Brasil, mesmo que consideremos que os recursos financeiros e de gestão são inferiores às necessidades ou potencialidades, dada a riqueza da nossa produção cultural, ela acaba sendo referência técnica, desfrutando de reconhecimento social, até mesmo internacionalmente, dado o seu nível de excelência.

O Ministério da Cultura

Foi no período do retorno da democracia (pelo Decreto 91.144 de 15 de março de 1985) que o setor da cultura começou a se estruturar, com a implantação de um Ministério específico, conquistada com a pressão legítima de intelectuais, artistas, governos de oposição. Até então este setor esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura, em 1953. Foram precisos mais 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico.

Em 1990, por meio da Lei 8.028 de 12 de abril daquele ano, o MinC teve um retrocesso e foi transformado em Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República, situação que foi revertida pouco mais de dois anos depois, pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

Em 1999, ocorreram transformações no Ministério da Cultura, com ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, promovida pela Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998.

Em 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto

Segundo o DECRETO Nº 6.835, de 30 de Abril de 2009, o Ministério da Cultura, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política nacional de cultura; II - proteção do patrimônio histórico e cultural; e III - assistência e acompanhamento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos

As especificidades da nossa história social e cultural fizeram do MinC um executor relevante em diversas áreas, tendo atualmente secretarias internas para isso, como a Secretaria de Políticas Culturais – SPC, Secretaria de Cidadania Cultural – SCC, Secretaria do Audiovisual – SAV, Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID, Secretaria de Articulação Institucional – SAI, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC.

As políticas públicas de cultura no governo FHC

O governo de Fernando Henrique Cardoso[1] foi de 1995 a 2002 e teve como Ministro da Cultura Francisco Weffort[2].

[1] Biografia de Fernando Henrique Cardoso – Nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931, numa família de militares de grande tradição nacionalista. Mudou-se para São Paulo aos 8 anos, onde se formou em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), completando seus estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Após o golpe militar de 1964, exilou-se no Chile e, a seguir, na França. Voltou ao Brasil em 1968 e tornou-se professor de ciências políticas na USP. Fundou, então, com outros pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que se tornaria um núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira. Em 1978, foi eleito suplente de Franco Montoro para o Senado pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em 1983, assumiu a cadeira no Senado quando Montoro foi eleito governador de São Paulo. Em 1985, foi candidato a prefeito de São Paulo e perdeu por 1,3% dos votos para o ex-presidente Jânio Quadros. No ano seguinte, reelegeu-se para o Senado com 6 milhões de votos, a segunda maior votação no estado. Dois anos depois, funda, com outros líderes políticos, o PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro). Foi Senador da República (1983

Segundo os estudos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a área pública federal de cultura vivenciou dois momentos singulares na década de 1990. Nos primeiros anos, as instituições públicas de cultura sofreram profundas mudanças e as políticas culturais perderam o status de política ministerial em nome do descomprometimento do Estado com as demandas culturais e da contenção de gastos. A partir do governo FHC, em 1995, a reação dos agentes culturais deflagrou um processo de reconstrução institucional da área com a recriação do Ministério da Cultura (MinC) e a reconfiguração das instituições a ele vinculadas. Tal processo, durante os anos 1990, atravessou também diversos setores. A modernização dos museus nacionais, os programas do patrimônio histórico, artístico e cultural, a recente política do patrimônio imaterial e a política para o cinema merecem acento pelas inovações institucionais que significaram na época.

Os avanços alcançados na segunda metade da década devem-se, em grande medida, aos diversos mecanismos de financiamento criados ou modernizados. As leis de incentivos fiscais, isto é, as Leis Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) e do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993), leis federais que destinam parte do imposto de renda que lhe compete para a produção cultural, buscando que as empresas direcionem seus impostos ao financiamento desses eventos artísticos, através do

---

a 1992), Ministro das Relações Exteriores (1992), Ministro da Fazenda (1993 e 1994) e presidente do Brasil por duas vezes (1995 a 2002). Desenvolveu considerável carreira acadêmica, tendo produzido diversos estudos sociais em nível regional, nacional e global, e recebido diversos prêmios e menções honrosas pelos trabalhos. Atualmente, preside o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC, São Paulo) e participa de diversos conselhos consultivos em diferentes órgãos no exterior.

[2] Biografia Francisco Correa Weffort - Nascido em Quatá em 17 de Maio de 1937 é muito mais conhecido por sua atuação como ministro da Cultura durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 2002) do que por seus trabalhos como cientista político e professor universitário. Ele tem, porém, uma passagem marcante como analista e estudioso do Brasil moderno. Seus livros, ensaios e artigos, sempre versando sobre política e a construção de uma cultura e de um país democráticos, mostram as articulações de um autoritarismo endêmico que implantou seus alicerces no Brasil, resultando nas práticas corporativas que todos conhecemos e que paralisam qualquer esforço de democratização. Possui doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1968). Atualmente é pesquisador visitante do Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Tem experiência nas áreas de Sociologia Política e Ciência Política, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: estado, elites e massas.

chamariz do marketing cultural. Essas leis foram ajustadas ao longo da década e aportaram montantes significativos de recursos para o financiamento de projetos culturais.

A crítica que se tem é que as leis de incentivo retiram o poder de decisão do Estado, ainda que o recurso econômico utilizado seja público, e colocam a decisão em mãos da iniciativa privada. O Estado só está presente como fonte de financiamento. A política de cultura, suas deliberações, escolhas e prioridades, são propriedade das empresas e suas gerências de marketing.

Pode-se dizer que as políticas públicas do governo FHC foram baseadas em políticas de eventos, ou seja, por mais que preencheram espaços importantes, foram ações sem uma continuidade.

Além disso, a ausência de um processo de democratização na proliferação espacial dos equipamentos culturais transferiu a responsabilidade das ações culturais para os Estados e municípios, uma vez que o Governo Federal perdeu a iniciativa cultural, abrindo mão de políticas públicas em detrimento das leis de incentivo.

Claro está que neste período a área cultural passou por um significativo esforço de reorganização, adotando programas e mecanismos de fomento às atividades culturais. Apesar dos avanços mencionados, no final do governo, grande parte dos municípios brasileiros não possuía cinemas, museus, arquivos, teatros ou salas de espetáculos e bibliotecas (ver gráfico 1), o que mostra a dificuldade de acesso e a precariedade dos hábitos culturais do brasileiro.

Também não há registros de que o governo FHC tenha realizado um processo de debate público, ou seja, não houve uma abertura à participação popular sobre o papel da Cultura na construção de uma sociedade democrática, não inserindo a Cultura no desenvolvimento da cidadania, uma vez que o acesso aos bens culturais é um importante instrumento na construção da consciência crítica do cidadão.

As políticas públicas de cultura no governo Lula

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva[3] foi de 2003 a 2010 (atual), teve como Ministros da Cultura de 2003 a 2008, Gilberto Gil[4], e de 2008 a 2010, Juca Ferreira[5].

[3] Biografia de Luiz Inácio Lula da Silva – Aos sete anos de idade, mudou-se com a família para Santos (SP), deixando o interior de Pernambuco em busca de melhores oportunidades de vida. Quatro anos mais

tarde, em 1956, foi para a capital do Estado de São Paulo. Lá, ainda criança, trabalhou como vendedor ambulante, engraxate e office-boy. Aos 15 anos, tornou-se aprendiz de torneiro mecânico. Em 1970, depois de perder a esposa grávida do primeiro filho, **Lula** passou a se dedicar intensamente à atividade sindical. Em 1975, chegou à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Liderou a primeira greve de operários do ABC paulista em 1978, durante o regime militar. Em 1980, aliou-se a intelectuais e a outros líderes sindicais, para fundar o PT (Partido dos Trabalhadores), do qual se tornou presidente. No ano seguinte, liderou nova greve de metalúrgicos, foi preso e teve seu mandato sindical cassado. Participou da fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e, em junho de 1983, integrou a frente suprapartidária pró-eleições diretas para a presidência da República com os governadores de São Paulo, Franco Montoro (PMDB), e do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT). **Lula** foi eleito, em 1986, deputado federal constituinte com a maior votação do país. Concorreu à presidência da República em 1989, quando foi derrotado no segundo turno por Fernando Collor de Mello, e em 1994 e 1998, quando perdeu para Fernando Henrique Cardoso. Em 1995, deixou a presidência do PT e tornou-se presidente de honra do partido. Em 2002, foi eleito presidente do Brasil com votação recorde de 50 milhões de votos. Reelegeu-se em 2006, vencendo, em segundo turno, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin.

[4] Biografia de Gilberto Gil - nasceu em Salvador, na Bahia. Formado em administração de empresas, mas desde pequeno esteve ligado à música, quando estava no secundário, recebeu da mãe um violão e conhece o trabalho de João Gilberto, que lhe influencia de imediato. Nos anos 1970, Gil acrescentou ao seu trabalho elementos novos da música africana, norte-americana e jamaicana (reggae), ao já vasto repertório, e continuou lançando álbuns como Realce e Refazenda. Em fins de 1968, Gil foi preso pelo regime militar brasileiro instaurado após 1964 devido a supostas atividades subversivas, de que foram taxados. Exilamdo-se por ocasião do AI-5 (Ato Institucional 5) do governo militar em vigência no Brasil. Em 1989, mesmo gravando, fazendo espetáculos e se envolvendo em causas sociais, elegeu-se vereador em Salvador, sua cidade natal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 21 de março de 1990, filia-se ao Partido Verde (PV), como membro da Comissão Nacional Executiva. Em janeiro de 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse, nomeou-o para o cargo de ministro da Cultura onde exerceu esta função até 2008.

[5] Biografia de Juca Ferreira - João Luiz Silva Ferreira é sociólogo e ambientalista. Foi líder estudantil secundarista e chegou a ser eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) no dia em que foi decretado o AI-5. Ingressou na resistência ao regime militar, passou nove anos exilado no Chile, na Suécia e na França, onde se formou em sociologia. De volta ao Brasil, Juca integrou a equipe do Projeto Axé, nova pedagogia para crianças de rua. Membro da Executiva Nacional do Partido Verde, foi secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Salvador, vice-presidente da Fundação Ondazul, coordenador do Centro da Referência Negromestiça, vereador de Salvador (já no terceiro mandato) e um dos cinco representantes da sociedade civil na Agenda XXI brasileira. Em 2008, se tornou ministro da Cultura onde exerce esta função até hoje.

A configuração de um sistema nacional de financiamento, o fortalecimento dos instrumentos políticos e das instituições federais de política cultural, a construção de uma política cultural de envergadura nacional, a democratização cultural, são importantes metas na área cultural que o governo Lula se propôs a alcançar.

O desafio da consolidação de um sistema de financiamento nacional e aumento de recursos financeiros para a cultura, traz a discussão de novos critérios na utilização dos mecanismos presentes até então, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é composto pelo Fundo Nacional de Cultura (FNC), pelo Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart), pouco efetivo como mecanismo de financiamento, estabelecidas pela Lei Rouanet e pela Lei de Incentivo do Audiovisual.

O uso dessas leis de incentivos foi sendo consolidado ao longo da década de 1990 e viabilizou montantes significativos de recursos para o custeio de projetos culturais, mas apresentou uma série de distorções.

Um grande desafio deste governo na área cultural foram os ajustamentos e o aproveitamento das potencialidades das leis de incentivo na montagem de um sistema de financiamento nacional de cultura. Conciliando os diferentes interesses (movimentos sociais, empresas, governos) e chegando num acordo que propôs o aumento de tetos globais, a maior contrapartida das empresas e contrapartidas sociais, mecanismos de desconcentração regional na utilização dos recursos incentivados e, finalmente, mecanismos que permitam a orientação de recursos conforme prioridades setoriais do agente público.

Nesse sentido, incluiu-se o fortalecimento do FNC - Fundo Nacional de Cultura passando a ter mais incentivos diretos por meio de editais e premiações públicos, com o aporte de recursos incentivados ao próprio Fundo.

Além disso, como exemplo de política cultural deste governo, temos o Programa Cultura Viva, “que nasceu em 2004, para estimular e fortalecer no corpo do país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos, esse programa é executado pela Secretaria de Cidadania Cultural (SCC)” (MINC, 2011).

Os Pontos de Cultura são iniciativas que envolvem comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Essas organizações, depois de selecionadas, recebem um aporte financeiro para potencializar suas ações com a compra

de material (principalmente equipamento multimídia) ou contratação de profissionais, entre outras necessidades.

Atualmente, há quase quatro mil Pontos de Cultura em 1122 municípios de todo o Brasil (dados de abril/2010). Segundo projeção do MinC, a partir de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no primeiro semestre de 2010, os Pontos de Cultura alcançaram oito milhões e 400 mil pessoas no país, entre participantes diretos e indiretos das atividades."

Este Programa se fortalece como uma política de cultural, ao ponto que, em lugar de determinar ou impor ações e condutas, estimula a criatividade, propiciando o resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade. O efeito é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, motivando os cidadãos a criar, participar e reinterpretar a cultura, aproximando diferentes formas de representação artística e visões de mundo, criando um movimento que vai além da premiação, pois consolidam iniciativas culturais locais e formam uma rede entre elas que permite o fortalecimento do Programa.

Houve avanços no campo da cultura no governo Lula que só foram possíveis com a construção de políticas transversais ou intersetoriais, além da criação da SEPIR (Secretaria Especial de Políticas pela Igualdade Racial), Secretaria de mulheres, Secretaria de Direitos Humano, Secretaria de Juventude e um projeto de desenvolvimento nacional que buscou atenuar desigualdades regionais e reconhecer identidades.

No governo Lula criou-se um sistema efetivamente nacional de cultura por meio do fortalecimento dos instrumentos políticos e das instituições federais de política cultural, que acabou de ser aprovado no Congresso Nacional. O Sistema Nacional de Cultura (SNC) constitui-se num modelo que busca a gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, para a promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional. Tem como princípios: abranger as demandas e diversidades culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações geográficas, faixas etárias; buscar a universalização do acesso aos bens e serviços culturais de toda população; a cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura; o fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; a integração e interação na

execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; a complementaridade nos papéis dos agentes culturais; a transversalidade das políticas culturais; a autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; a transparência e compartilhamento das informações; a democratização dos processos decisórios com participação e controle social; a descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

O desafio atual que fica para o próximo governo e para a sociedade civil é a implementação e o monitoramento do SNC e a consolidação de uma nova forma de fomento da cultura no Brasil com o fortalecimento do FNC - Fundo Nacional de Cultura.

Dentro também das diretrizes deste governo consta a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC), com a finalidade de planejar e implementar políticas públicas de longo prazo, voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira.

Outro importante fato a se considerar é que as políticas públicas de cultura foram fundamentadas nas demandas dos movimentos sociais culturais levantadas e registradas em processos participativos realizados durante o governo: Realização do Seminário Cultura para todos (2003), Agenda 21 da Cultura (2004), Emenda Constitucional do Plano Nacional da Cultura onde foi aprovado pelo Congresso a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura (PNC) e posterior a proposta de emenda que institui o Sistema Nacional de Cultura (2005), 1ª Conferência Nacional de Cultura (2005), Primeiro levantamento estatístico do Sistema de informações e indicadores Culturais (2006), Criação do Conselho Nacional de Política Cultural (19 de Dezembro de 2007), Elaboração de diretrizes gerais do PNC, 2ª Conferência Nacional de Cultura (2009), implementação, acompanhamento e avaliação do PNC (2009 até os dias de hoje).

A participação social é fundamental para que as políticas públicas atendam as reais necessidades dos movimentos culturais e da sociedade, buscando a otimização dos recursos e o controle social.

Áreas analisadas nos dois governos

A tabela 1 deste artigo é um quadro comparativo detalhado entre os dois governos base deste estudo, que traz informações importantes de alguns setores da área cultural. Segue abaixo um resumo deste quadro:

Categorias	FHC	LULA
Orçamento	Destinação de 0,2 % do orçamento da União para a cultura em 2002, último ano de governo.	Destinação de 0,7 % do orçamento da União para a cultura em 2010, último ano de governo. É o maior orçamento da história do ministério.
Estímulo à promoção de eventos e localização de equipamentos Culturais	Estímulo à produção e à circulação através do apoio a festivais, concursos, prêmios e bolsas, no entanto, continuou operando de modo muito localizado e desigual, em torno de RJ/SP e Brasília.	Levantamento de informações e indicadores culturais que direcionaram as políticas públicas para um caminho mais igualitário.
Financiamento - Leis de Incentivo	Política cultural fortemente apoiada na lei de incentivo fiscal – Lei Rouanet e Lei Audiovisual	Mudança na Lei Rouanet onde propõe o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura. Criação e implementação do Programa Cultura Viva
Patrimônio	Desarticulação com sistemas estaduais de museus. Processo de modernização de museus. Inicio de um processo de municipalização da gestão dos bens patrimoniais.	Elaboração de uma política integrada de patrimônio e criação de rede de apoio à preservação patrimonial. Além da criação de um Sistema Nacional e estadual de Museus.
Cinema	A Lei audiovisual conseguiu alavancar de maneira importante a produção audiovisual brasileira. No entanto, houve dificuldade com a distribuição e exibição.	Fomento a produção, formação e capacitação da força de trabalho, veiculação via TV e implantação de exibição ambulante de filmes brasileiros
Participação da Sociedade Civil	Pouco se tem de informações sobre este setor, o que leva a entender que não houve incentivo de participação social na área da cultura durante o governo	As políticas públicas de cultura foram fundamentadas nas demandas dos movimentos sociais culturais levantadas e registradas em processos participativos

Os dados levantados sobre o orçamento para a área cultural nos trazem que no governo FHC o Orçamento da União para a cultura fechou o ano de 2002 com 0,2% e no governo Lula este número fecha o ano de 2010 com 0,7%.

No que se refere ao estímulo à promoção de eventos e localização de equipamentos Culturais, os dados que temos são que no governo FHC houve um grande estímulo à promoção de eventos, entretanto, continuou-se operando de modo muito localizado e desigual, girando em torno do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. No governo Lula, houve um levantamento de informações e indicadores culturais que direcionaram as políticas públicas, identificando as lacunas para superá-las, realizando editais públicos que consideraram as diferenças regionais.

Uma política cultural que não leva em consideração as desigualdades regionais é frágil e instável.

Quanto à política de Financiamento (Leis de Incentivo) no governo FHC, podemos dizer que foi uma política cultural fortemente apoiada nas leis de incentivo fiscal – Lei Rouanet e do Audiovisual, enquanto que no governo Lula houve um grande desafio enfrentado para conseguir a mudança na Lei Rouanet, propondo o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, com vistas a possibilitar o aumento de incentivos diretos por meio de editais e premiações públicas, além de contrapartidas das empresas e contrapartidas sociais. Além disso, houve a criação e implementação do Programa Cultura Viva, que buscou a potencialização das atividades culturais que já existiam.

Os dados sobre o Patrimônio Cultural trazem que no governo FHC houve uma desarticulação com os sistemas estaduais de museus, o que ocasionou fragmentação e dificuldades na coordenação de políticas para os mesmos, mas também gerou um processo de modernização de museus, além do início de um processo de municipalização da gestão dos bens patrimoniais e da regulamentação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Já no governo Lula o objetivo deste setor foi a elaboração de uma política integrada de patrimônio e criação de rede de apoio à preservação patrimonial, além da criação de um Sistema Nacional de Museus e de sistemas estaduais.

Na área do cinema existem avanços significativos nos dois governos, no governo FHC houve uma dificuldade com a produção, distribuição e exibição até o uso de direitos de exibição em televisão e vídeo, além disso, o número de salas foi reduzido e seus gestores resistiram à programação de filmes nacionais. No entanto, a Lei audiovisual conseguiu alavancar de maneira importante a produção audiovisual brasileira além da criação em 2001 - 2002 da Agência Nacional do Cinema Brasileiro (Ancine), do Conselho Superior de Cinema e a reestruturação do financiamento da produção de cinema, som e vídeo. No governo Lula, o objetivo principal foi o fomento a produção, formação e capacitação da força de trabalho, através do apoio a festivais e mostras nacionais e internacionais, veiculação via TV e implantação de exibição ambulante de filmes brasileiros.

Por fim o último setor analisado nos dois governos foi a participação da sociedade civil, no governo FHC pouco se tem de informações sobre este setor, pois não houveram processos de participação social na área da cultura no seu governo, já no governo Lula, as políticas públicas de cultura foram fundamentadas nas demandas dos movimentos sociais culturais levantadas e registradas em processos participativos realizados durante

o governo como já registrado anteriormente, vale lembrar que embora tenham sido feitos processos de consulta e escuta das demandas da sociedade há um longo caminho a percorrer para que essas demandas se efetivem como política de Estado.

Considerações finais

Como pode ser observado, apesar de haver uma definição de Política de Estado comungada por todos, definida na Constituição Federal, a Política de cada Governo varia de acordo com suas idéias e práticas.

Com base nos dados analisados, podemos afirmar que o governo Lula optou por um caminho de governo que colocou o Estado como indutor do desenvolvimento econômico e social do país, diferente do governo FHC que ao aderir ao programa neo-liberal defendeu em sua gestão que o mercado deveria ser o responsável pelo crescimento econômico e o Estado teria um papel de mediação entre os interesses da sociedade e do mercado.

Se considerarmos a definição de Stuart Hall a respeito do multiculturalismo, é possível, por uma aproximação, classificar a política pública de cultura do governo FHC uma mescla do multiculturalismo liberal e comercial, com baixo investimento público, não reconhecimento da diversidade e pluralidade nas suas ações e a adoção de programas e mecanismos de fomento às atividades culturais pautados em eventos e nas leis de incentivo fiscal, entendendo que a cultura deveria ser fomentada pelo mercado.

Já a política pública de cultura do governo Lula pode ser classificada como um multiculturalismo pluralista, marcada pelo investimento do Estado na cultura, a valorização da diversidade e pluralidade, a formulação e implementação de políticas que transcenderam os limites do seu governo e que apontam caminhos para consolidação de políticas de Estado no campo da cultura, além da participação da sociedade civil.

Ao passo que o Governo Lula amplia a participação social na cultura, através das Conferencias de Cultura, favorece que a política pública de cultura se transforme em uma política de Estado e que exigem continuidade independente do governo no poder, porque foram alicerçadas em interesses estratégicos pactuados socialmente.

Este recente processo de estímulo à participação popular, iniciado pelo governo Lula, consolidou a formação de diversos Conselhos de Cultura, nos município, estados e federação.

A participação da sociedade civil na cultura tem se dado de diferentes formas, construindo uma nova cidadania cultural, sendo de fundamental importância na construção e acompanhamento da gestão pública a fim de fortalecer as políticas públicas de interesse da população. É preciso valorizar e reconhecer os espaços de democracia participativa e direta construída pelos governos, mas é importante que a sociedade crie seus próprios espaços, autônomos de organização e ação.

Vivemos tempos de aprofundamento da democracia e qualificação de políticas públicas na área cultural com o governo atual. Surge um novo paradigma de gestão pública da cultura em nosso País, onde o Estado se assume com um papel fundamental de: Formular e executar as políticas públicas de cultura; Planejar e fomentar as atividades culturais; Preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do país; Estabelecer marcos regulatórios para a economia da cultura; Garantir o acesso universal aos bens e serviços culturais; Proteger e promover a diversidade das expressões culturais e a participação da sociedade civil.

Para que a política pública de cultura alcance os objetivos acima citados é necessário que o SNC – Sistema Nacional de Cultura consiga se consolidar. Somente com a participação dos Estados e municípios conseguiremos garantir que essas políticas cheguem nos territórios, nas comunidades, nos bairros, nas vilas, nas praças, ou seja, na ponta. Uma política pública de cultura genuína deve apoiar, incentivar e gerar condições para que as mais variadas formas de expressão e organização da sociedade se manifestem e possam ser preservadas para que sirvam de base para as próximas gerações.

É evidente que ainda há um caminho longo a ser trilhado, mas sem dúvida este caminho busca uma gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, para a promoção de desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

ANEXO 1

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção II

DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6 º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

ANEXO 2

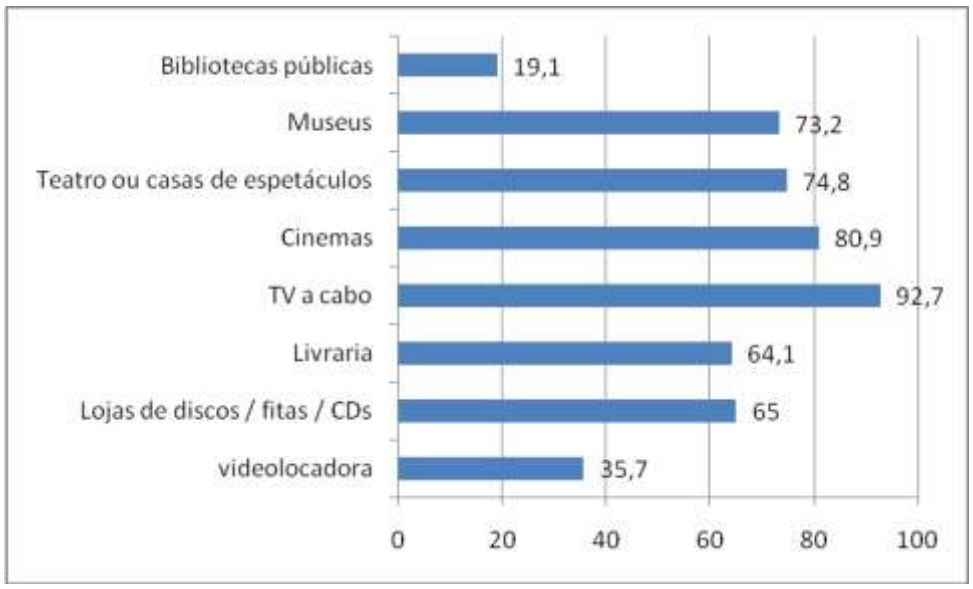
Cultura Lira paulistana – Itamar Assumpção

A ditadura pulou fora da política
E como a dita cuja é craca é crica
Foi grudar bem na cultura
Nova forma de censura
Pobre cultura como pode se segura
Mesmo assim mais um pouquinho
E seu nome será amargura ruptura sepultura
Também pudera coitada representada
Como se fosse piada
Deus meu por cada figura sem compostura
Onde era Ataulfo Tropicália
Monsueto dona Ivone Lara campo em flor
Ficou tiririca pura
Porcaria na cultura tanto bate até que fura
Que droga merda
Cultura não é uma tchurma
Cultura não é tcha tchura
Cultura não é frescura
A brasileira é uma mistura pura uma loucura
A textura brasileira é impura mas tem jogo de cintura
Se apura mistura não mata
Cultura sabe que existe miséria existe fartura e partitura
Cultura quase sempre tudo atura
Sabe que a vida tem doce e é dura feito rapadura
Porcaria na cultura tanto bate até que fura
Cultura sabe que existe bravura agricultura
Ternura existe êxtase e agrura noites escuras
Cultura sabe que existe paúra botões e abotoaduras

Que existe muita tortura
Cultura sabe que existe cultura
Cultura sabe que existem milhões de outras culturas
Baixaria na cultura tanto bate até que fura
Socorro elis regina
A ditadura pulou fora da política
E como a dita cuja é craca é crica
Foi grudar bem na cultura
Nova forma de censura
Pobre cultura
Como pode se segura
Mesmo assim mais um tiquinho
Coitada representada
Como se fosse um nada
Deus meu por cada feiúra
Sem compostura
Onde era pixinguinha elizeth macalé e o zé kéti
Ficou tiririca pura
Só dança de tanajura
Porcaria na cultura tanto bate até que fura
Que pop mais pobre pobre pop

Gráfico 1

Municípios que não possuíam, em 1999, os equipamentos culturais respectivos



(Em %)

Fonte: IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Tabela 1

Categorias	FHC	LULA
Orçamento	Destinação de 0,2 % do orçamento da União para a cultura em 2002, último ano de governo.	Destinação de 0,7 % do orçamento da União para a cultura em 2010, último ano de governo. É o maior orçamento da história do ministério.
Estímulo à promoção de eventos e localização de equipamentos Culturais	Estímulo à produção e à circulação das produções culturais através do apoio a festivais, concursos, prêmios e bolsas, que também cumprem o papel de consagração e	Levantamento de informações e indicadores culturais que direcionaram as políticas públicas para um caminho mais igualitário. Identificando as lacunas para superá-las,

	valorização das obras produzidas, no entanto, continuou operando de modo muito localizado e desigual, girando em torno de RJ/SP e Brasília.	realizando editais públicos que consideram as diferenças regionais.
Financiamento - Leis de Incentivo	Política cultural fortemente apoiada na lei de incentivo fiscal – Lei Rouanet, lei federal que destina parte do imposto de renda que lhe compete para a produção cultural, busca-se que as empresas direcionem seus impostos ao financiamento desses eventos artísticos, com o chamariz do marketing cultural.	Mudança na Lei Rouanet onde propõe o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura passando a ter mais incentivos diretos por meio de editais e premiações públicos, contrapartida das empresas e contrapartidas sociais, mecanismos de desconcentração regional na utilização dos recursos incentivados e mecanismos que permitam a orientação de recursos conforme prioridades setoriais do agente público. Criação e implementação do Programa Cultura Viva de incentivo direto a iniciativas culturais da sociedade civil organizada.
Patrimônio	Desarticulação com sistemas estaduais de museus, ocasionou fragmentação e dificuldades na coordenação de políticas para os museus. Processo de modernização de museus, parceria com BID (Banco Interamericano de	O objetivo desta área foi a elaboração de política integrada de patrimônio e criação de rede de apoio à preservação patrimonial. Além da criação de um Sistema Nacional de Museus e de sistemas estaduais. As principais ações foram :

	Desenvolvimento) na gestão patrimonial. Inicio de um processo de municipalização da gestão dos bens patrimoniais. Inicio do processo de regulamentação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial	realização de concurso público; realização de plano estratégico de informações; revitalização de sítios históricos protegidos; Modernização dos museus da União e criação de uma política nacional de museus.
Cinema	Dificuldade com a produção, distribuição e exibição até o uso de direitos de exibição em televisão e vídeo. O número de salas é reduzido e seus gestores resistem à programação de filmes nacionais. No entanto, a Lei audiovisual conseguiu alavancar de maneira importante a produção audiovisual brasileira além da criação em 2001 - 2002 da Agência Nacional do Cinema Brasileiro (Ancine), do Conselho Superior de Cinema e a reestruturação do financiamento da produção de cinema, som e vídeo	O objetivo desta área foi Fomentar a produção, formar e capacitar força de trabalho, através do apoio a festivais e mostras nacionais e internacionais, veiculação via TV e implantação de exibição ambulante de filmes brasileiros
Participação da Sociedade Civil	Pouco se tem de informações sobre este setor, o que leva a entender que não houveram processos de participação social na área da cultura durante o governo	As políticas públicas de cultura foram fundamentadas nas demandas dos movimentos sociais culturais levantadas e registradas em processos participativos realizados durante o governo

Bibliografia

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
CALDERÓN, Adolfo Ignácio. *Democracia Local e Participação Popular*. São Paulo, Cortez, 2000.
CHAUI, Marilena. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. Seminários. São Paulo, Brasiliense, 1983.
_____. *Uma opção radical e moderna: democracia cultural*, *Pólis* nº 12, São Paulo, 1993.
COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.
FARIA, Hamilton. *Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades*, Políticas Culturais Vol. I, 2003.
FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.
GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.
HALL, Stuart. *Da diáspora Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de informações e indicadores culturais 2003*. Rio de Janeiro, IBGE, 2006.
MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cultura em Números Anuário de Estatísticas Culturais 2009*. Brasília, Ministério da Cultura, 2009.
_____. *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Brasília, Ministério da Cultura, 2006.
_____. *Caderno "Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura"*. Brasília, Agosto de 2008.
MINISTÉRIO DA CULTURA; IPEA. *Política Cultural no Brasil, 2002-2006: Acompanhamento e análise*. República Federativa do Brasil / Ministério da Cultura / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / Coleção Cadernos de Políticas Culturais / Volume 2
ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais do Governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos*
RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*.
www.cultura.gov.br acessado em 09/12/2010 às 16 horas.
www.cult.ufba.br acessado em 09/12/2010 às 18 horas.